Portugal tem um parque habitacional que excede em muito as necessidades actuais da população e isso deve-se, sobretudo, à política de construção de habitação nova em áreas periféricas, à custa da desertificação dos centros antigos das cidades, onde se acentua a degradação dos edifícios, alguns mesmo em ruínas e já sem recuperação possível. Torres Novas sofre do mesmo mal que outras cidades da mesma dimensão, onde a tendência de abandono do centro leva à morte dessas áreas vivenciais, ao encerramento do comércio e à progressiva deterioração dos edifícios. Sobre este tema, o Bloco de Esquerda promoveu um debate público que trouxe à alcaidaria do Castelo de Torres Novas, no dia 11 de Abril, alguns especialistas em reabilitação urbana que deixaram pistas para um caminho que tem que ser percorrido, se se quer mesmo reabilitar e recuperar o centro histórico.

José Castro, jurista e autarca da Assembleia Municipal do Porto, Adriana Floret, arquitecta e presidente da Associação Portuguesa de Reabilitação Urbana e Protecção do Património e David Afonso, consultor desta associação, juntaram-se a Adelino Pires, alfarrabista e comerciante com três lojas no centro da cidade torrejana, para um debate aberto sob a moderação de Guilherme Pinto.

Adriana Floret e David Afonso lembraram algumas recomendações para fomentar as boas práticas nos processos de reabilitação urbana, inscritas, de resto, num manual produzido pela sua associação. Deram o exemplo de alguns municípios onde existem bancos de materiais, onde se recolhem azulejaria, portadas, janelas e outros materiais que são posteriormente cedidos e reaproveitados por construtores em obras de reabilitação de edifícios antigos.

José Castro relevou os aspectos jurídicos e as leis em vigor, lembrando que compete aos municípios não apenas a coordenação da ocupação do território, mas também programar essa ocupação e afirmou que as autarquias dão de facto pouca atenção ao problema da reabilitação urbana. “É preciso mudar [o paradigma] de um urbanismo de expansão para um urbanismo de reabilitação do edificado existente” disse, referindo ainda que compete às assembleias municipais delimitarem as ARU (áreas de reabilitação urbana) e a aprovação das operações no prazo de três anos.

O alfarrabista Adelino Pires trouxe o seu testemunho pessoal e falou da vila de antigamente, onde a Praça 5 de Outubro tinha um papel central na vida das populações de Torres Novas e das aldeias vizinhas, que todas as segundas-feiras ali se deslocavam ao mercado e traziam vida às ruas adjacentes e ao comércio local. Hoje em dia, os principais e mais concorridos edifícios estão situados fora do centro.

Uma das sugestões deixadas pelo alfarrabista passa por vivificar o centro histórico com a organização de eventos de atracção e dinamização local, que possam trazer as pessoas de volta a esse espaço. Qualquer projecto de reabilitação urbana abrangente não poder deixar de envolver a participação das pessoas, sob pena de ficar condenado ao insucesso.

Vários dos presentes no público ofereceram testemunhos de situações que revelam “o pouco interesse da edilidade em intervir a sério no problema”. Como disse David Afonso “a reabilitação urbana está na moda, mas por detrás disso há muita coisa”, lembrando que muitas

vezes o conceito de reabilitação é instrumentalizado como defesa do património. Recentemente, Pedro Ferreira, o presidente da Câmara torrejana, anunciou a criação de uma equipa de projecto dedicada ao problema do centro histórico, mas nenhum elemento do executivo, da maioria ou da oposição, assim como os técnicos do urbanismo da Câmara, estiveram presentes no debate, decorrido na véspera da apresentação pública do projecto de recuperação do Mercado do Peixe.